

CAPÍTULO 8

ENGENHEIROS E CATÓLICOS COMO ARAUTOS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PORTUGAL DO ESTADO NOVO (1945-1974)¹

Ana Carina Azevedo

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento industrial português, iniciado após o final da Segunda Guerra Mundial, resulta, em grande medida, do voluntarismo de um grupo de indivíduos conotados com a corrente industrialista do regime. Estes entendiam a indústria como o motor do desenvolvimento económico, compreendendo a imprescindibilidade do seu crescimento face aos desafios que o País era impelido a enfrentar na conjuntura do novo mundo saído da guerra. Respeitando as estruturas e a ordem do Estado Novo, estes indivíduos tentariam alterar as lógicas e os conceitos relativos à industrialização desejada pelo regime, fomentando uma renovação do tecido industrial, das suas técnicas e métodos de trabalho e das formas de utilização da mão-de-obra.

¹ Esta investigação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Bolsa de Doutoramento com referência SFRH/BD/74634/2010. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020 .

Citando apenas, como exemplo, alguns dos nomes que, de forma mais ou menos direta e mais ou menos conhecida, contribuíram para o desenvolvimento industrial do País, surgem António Ennes da Lage Raposo, António Magalhães Ramalho, António Malta, Armando Cardoso, Carlos Corrêa Gago, Eduardo Gomes Cardoso, Francisco Neto de Carvalho, Gabriela Salgueiro, Heitor Duarte, Hélio Gomes da Silva Serra, João Cravinho, João Salgueiro, Joaquim Mata Antunes, José Ferreira Dias, José Graça Mira, José Myre Doreis, José Pereira Athayde, José Torres Campos, Luiz Cachudo Nunes, Luís Filipe de Moura Vicente, Mário Cardoso dos Santos, Mário Murteira ou Rogério Martins. No entanto, muitos outros fariam parte deste processo, entre membros do governo, técnicos de organismos dedicados ao fomento industrial, teóricos corporativistas, especialistas de diversa ordem ou responsáveis por ações de formação nacionais e internacionais. O presente artigo não pretende seguir percursos individuais, o que seria incompatível com a sua dimensão, mas sim centrar-se na atuação dos grupos informais que enquadram estes agentes do desenvolvimento industrial, destacando as suas publicações, os seus percursos coletivos e os seus discursos, tentando assim compreender origens comuns.

Trata-se, de facto, de uma elite técnica especializada e bastante internacionalizada que, integrada em organismos-chave, promoveria ou contribuiria para o desenvolvimento industrial. Nos seus textos torna-se evidente a ênfase atribuída às questões ligadas às relações humanas, ao bem-estar do trabalhador, à importância de melhorar os níveis salariais e à necessidade de as melhorias da produtividade apresentarem repercussões positivas para o trabalhador. É certo que esta tendência não é apenas nacional, sendo que após a II Guerra Mundial se testemunha um aumento das preocupações com o fator humano na indústria, sobretudo quando adquire relevância na Europa a Teoria das Relações Humanas, decorrente dos estudos desenvolvidos por Elton Mayo na década de 1920 (Mayo 1933). Porém, no conjunto das publicações que abordam o desenvolvimento industrial e, sobretudo, as questões ligadas à organização científica do trabalho, torna-se visível que estas temáticas, aliadas a algumas referências oriundas da Doutrina Social da Igreja, adquirem uma relevância maior comparativamente a outros casos nacionais.

Neste ponto, é necessário não esquecer que o facto de o corporativismo português ter buscado muita da sua inspiração na Doutrina Social da Igreja, é um fator importante nesta equação (Lopes 1996, 271). Porém, esta característica pode, simultaneamente, ser explicada, entre outros fatores, pelos percursos de alguns destes agentes

responsáveis pelo desenvolvimento da indústria e, particularmente, da organização científica do trabalho no País. De facto, esta elite técnica era composta por um grupo particularmente interessante de indivíduos, que aliava engenheiros, formados na sua maioria no Instituto Superior Técnico, e parte dos chamados “tecnocatólicos,” um segmento do catolicismo social, composto por militantes católicos universitários que tinha como objetivo a reforma do Estado, a partir do seu interior, e que apresentava um papel particularmente importante em Portugal. Estes, não sendo exclusivamente engenheiros, eram também indivíduos ligados às áreas do Direito, Economia e Serviço Social, acabando por interessar-se pela temática, devido às suas profundas relações com as concepções cristãs sobre o trabalho, tendo acedido a cargos diretivos nos principais organismos que, de alguma forma, se encontravam ligados ao fomento industrial.

Imbuídos do espírito e da doutrinação da Ação Católica, vinham, desde a década de 1950, prestando atenção às transformações sociais causadas pela industrialização, principalmente no que dizia respeito aos impactos de um crescimento desigual, e tentando intervir em prol de um desenvolvimento económico baseado no humanismo cristão. Surgem, assim, vários nomes ligados ao “catolicismo social” em cargos diretivos do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO), do Ministério das Corporações, do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e, sobretudo, em publicações referentes às questões da produtividade. Esta geração jucista acabou por desenvolver sinergias com o já referido grupo de antigos estudantes do Instituto Superior Técnico que, apesar de não partilhar as suas convicções religiosas, abraçava preocupações sociais. No seu conjunto, estes indivíduos constituíram parte da plataforma de apoio que permitiu o desenvolvimento científico de cariz industrial no Portugal do Estado Novo.

1. IDIOSINCRASIAS DE UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

1.1. Os novos agentes do fomento da indústria

As décadas que mediam o final da II Guerra Mundial e a Revolução de 1974 testemunharam um grande desenvolvimento industrial em Portugal. Como resposta às debilidades reveladas pela conjuntura de guerra e aos desafios nacionais e internacionais do período que se lhe seguiu, Portugal inicia uma época na qual, paulatinamente, o primado da

agricultura começa a esbater-se, evidenciando-se um novo papel da indústria, como motor do desenvolvimento económico.

De facto, as novas lógicas do período acabam por influenciar esta realidade. Por um lado, a abertura do País aos organismos internacionais, criados na época, e os contactos dela decorrentes tiveram, como consequência, a participação portuguesa em experiências de transferência de conhecimento, como missões de estudo e ações de formação. Estas dinâmicas de internacionalização foram também devedoras da adesão ao Plano Marshall, sobretudo no que diz respeito à importação quer do conceito, quer de práticas de produtividade. Por outro lado, testemunhou-se a criação de organismos nacionais que apresentavam, entre os seus objetivos, o propósito de estudo e aplicação de métodos capazes de melhorar a produtividade industrial e que beneficiaram da emergência de uma geração de quadros que apoiava a modernização do País, defendendo um novo rumo para o desenvolvimento económico. Além disso, os desafios lançados pelo impacto da emigração e da Guerra Colonial, no que respeita ao encarecimento relativo da mão-de-obra e às consequências da adesão à EFTA, referente à necessidade de melhorar a competitividade da indústria portuguesa a nível internacional, contribuiriam também para aumentar o reconhecimento da necessidade de melhorar o desenvolvimento industrial.

Assim, no final da II Guerra Mundial começa a vislumbrar-se uma política industrial mais definida, assente em instrumentos legais, nomeadamente nas leis 2002 e 2005, respetivamente, de eletrificação nacional e fomento e reorganização industrial, que acaba por representar a vitória da estratégia industrialista da vertente modernizadora do regime, que via na conjuntura da guerra a oportunidade para um arranque industrial sustentado, que desenvolveria, na sua esteira, os restantes sectores económicos.

De facto, nas décadas seguintes ao fim da II Guerra Mundial, Portugal testemunha ganhos de produtividade mais positivos, sobretudo no sector secundário e, na década de 60, a economia portuguesa regista um crescimento superior à média assinalada nos países industrializados da Europa (Lains 1994, 931). Esta era uma industrialização, ou uma tentativa industrializante, baseada na conceção que os engenheiros apresentavam relativamente ao progresso nacional. Uma conceção que entendia o País como uma empresa cujos problemas e deficiências eram passíveis de resolução, através de lógicas produtivistas que atingiriam objetivos sociais, económicos, culturais e ideológicos (Brandão de Brito 1989, 83-84).

No entanto, esta seria também uma industrialização feita à medida das idiossincrasias do País, pois, na realidade, a conjuntura da época conduzia à sua utilização num sentido autárcico, de forma a não privar o País das opções que se encontravam em jogo (Telo 1991, 82). Não obstante, era notória para o Presidente do Conselho a necessidade de atualizar os processos de trabalho na indústria, para que o sector secundário nacional pudesse produzir mais e mais barato (Salazar 1948, 332).

Neste processo foi criado um conjunto de organismos, alguns dos quais estavam na dependência direta do Estado, e que tinham entre os seus objetivos o estudo e desenvolvimento de métodos que permitissem um melhor aproveitamento do trabalho na indústria. Entre eles, destaca-se o Instituto Nacional de Investigação Industrial – concretização planeada de um Centro Nacional de Produtividade, que não chegaria a ser tornado realidade –, que constituiu um dos organismos que mais atuou em prol do desenvolvimento industrial. Também a Corporação da Indústria apresenta uma relativa importância a este nível, principalmente no que diz respeito à organização, em parceria com o INII, de cursos de produtividade versando sobre o estudo do trabalho, bem como no auxílio ao mesmo Instituto, no que concerne à divulgação das suas atividades entre os industriais (Santos 1961, 19). Também junto desta Corporação se estruturou, no início da década de 1960, um Centro de Produtividade formado pelo Conselho de Produtividade da Corporação da Indústria e pelo Gabinete de Técnicos de Produtividade, liderado por José Torres Campos e Mário Cardoso dos Santos. O seu programa incluía a realização de serviços informativos, cursos de contramestres, ciclos de conferências, a articulação com outros organismos dedicados ao estudo das mesmas temáticas e o apoio à criação de Centros de Produtividade nos Grémios Industriais.

Estes organismos foram responsáveis por importantes investigações relativas ao fomento industrial, tornando-se, igualmente, divulgadores destas temáticas. Da mesma forma, os livros e publicações periódicas que se referem a questões ligadas ao desenvolvimento industrial do País também aumentaram consideravelmente nestas décadas. No seu conjunto, os técnicos dos organismos referidos, os autores dos textos que incidiam sobre a temática e os rostos que, junto do Governo, tentavam impulsionar o fomento industrial do País, foram responsáveis por importantes desenvolvimentos no que ao sector secundário português diz respeito.

Neste processo, como foi anteriormente referido, destaca-se uma nova geração de quadros bastante internacionalizada e detentora de

cargos que lhe permitiam desenvolver uma ação direta no desenvolvimento industrial. Composta sobretudo por engenheiros formados no Instituto Superior Técnico e com estudos avançados feitos no exterior, mas também por indivíduos ligados às áreas do Direito, Economia e Serviço Social, esta geração beneficia das consequências da participação portuguesa no Plano Marshall no que diz respeito às oportunidades de formação, possibilitadas pelo Programa de Assistência Técnica e Produtividade. Da mesma forma, beneficiaria ainda da cooperação portuguesa com organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou a Agência Europeia de Produtividade (AEP).

O INII seria um dos espaços preferenciais deste grupo, no qual estes editam parte das suas publicações, e através do qual têm acesso a ações de formação no estrangeiro, que os colocam em contacto com os modernos métodos de organização científica do trabalho em voga no exterior, dos quais se tornam depois disseminadores em Portugal. No entanto, também noutros organismos, como o FDMO, e em cargos governativos é possível encontrar elementos oriundos desta nova geração de quadros, cujo voluntarismo dinamizou o processo de desenvolvimento industrial português entre as décadas de 1950 e 1970.

1.2. Produtivismo versus Relações Humanas?

Com exceção dos vários estudos técnicos publicados sobretudo por intermédio do INII, as publicações relativas ao desenvolvimento industrial e, sobretudo, à implementação de métodos de organização científica do trabalho atribuem uma importância relevante às problemáticas sociais ligadas à industrialização, tais como a questão salarial, a preocupação com os excessivos ritmos de trabalho ou com o bem-estar do trabalhador. Esta não é uma questão exclusiva da realidade portuguesa, como dissemos, porém, proporcionalmente, estas temáticas adquirem uma maior expressão em Portugal, inclusivamente porque integram, igualmente, os estudos dos teóricos corporativistas.

O cerne deste discurso é a defesa da centralidade do fator humano no processo de desenvolvimento industrial e nos estudos sobre o trabalho, sendo criticadas as teses puramente produtivistas que não prestavam atenção às repercussões físicas, mentais, emocionais e morais da industrialização sobre o trabalhador. Rogério Martins sintetizaria esta premissa, defendendo ser essencial no processo de industrialização o “aproveitamento mais integral do recurso básico que é o homem, e o

homem pelo seu lado mais nobre que é o intelecto e o carácter” (Martins 1970, 29).

De facto, é entendido que a atitude do operário perante o trabalho é um aspeto fundamental para a melhoria da produtividade e da rentabilidade da empresa, sendo essencial que as relações de trabalho sejam satisfatórias em termos humanos (Machado 1969, 25). Neste âmbito, surge também a questão salarial, vista como crucial para a aceitação de novos métodos de trabalho e de novas formas de organização das fábricas. Da mesma forma, era importante ter em consideração a necessidade de proteção do capital humano através da implementação de medidas higiénicas e da aplicação de métodos tendentes a adaptar o Homem às novas técnicas, de forma a diminuir os desperdícios e a aumentar o rendimento (Martins 1957, 17).

Porém, existia ainda o risco de as novas técnicas de organização científica do trabalho poderem transformar o operário num simples executor, retirando-lhe a autonomia e tornando-o escravo do ritmo das máquinas. Para Jacques Pessoa Rolão, engenheiro químico industrial e consultor técnico da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, a indústria corria o risco de apostar na “pseudo-estupidificação” do trabalho, causada pela especialização. Esta deveria ser combatida através da atitude ativa do operário que toma consciência do papel que a sua tarefa desempenha no conjunto do processo produtivo e é incitado e recompensado a aperfeiçoar o seu método de trabalho, propondo as modificações que considerasse úteis (Rolão 1965, 16).

Também Manuel Canhão chama a atenção para esta questão logo em 1946, referindo que os métodos de organização científica do trabalho, oriundos do taylorismo, não permitiam o desenvolvimento das capacidades dos operários, limitando o seu papel social e as suas qualidades (Canhão 1946, 105). Esta conceção negativa do taylorismo relativamente à utilização do fator humano não é, contudo, unânime entre os autores que se dedicaram à temática. Como exemplo, surge Armando Cardoso, engenheiro e professor do ensino técnico profissional, que defende terem sido os estudos de Taylor os primeiros responsáveis pela atenção dispensada ao elemento humano. Para o autor, no processo de tentativa de aumento da produção de uma máquina, é necessário não esquecer o trabalhador que a utiliza e os dispêndios de tempo e energia verificados na execução do seu trabalho (Cardoso 1951, 15). Da mesma forma, era essencial considerar-se o grau de monotonia e automatismo, decorrentes de alguns trabalhos industriais, e a forma como estes impediam o desenvolvimento das capacidades dos operários. Refere o autor:

Uma das primeiras qualidades que deve possuir um homem que quer trabalhar na fundição, é ter o espírito tão pesado e tão obtuso que se pareça intelectualmente mais a um boi que a qualquer outro tipo. O homem cujo espírito é profundo é, por esta única razão, absolutamente impróprio para um trabalho tão monótono como este. (Cardoso, 1951, 15)

A necessidade de articular o processo de desenvolvimento industrial e o bem-estar do trabalhador é, de forma central, abordado nos trabalhos de Adérito Sedas Nunes. Para o autor, que durante algum tempo foi técnico do INII, a sobrevivência da indústria nacional, nos anos 60, dependia da sua capacidade de adaptação aos problemas decorrentes dos movimentos de cooperação económica europeia, adaptação esta que poderia ser alcançada através da reformulação das estruturas produtivas, de forma a que estas se adequassem às condições de concorrência europeia. Este processo dependia da realização de um intenso esforço de modernização, baseado nas novas técnicas de gestão e organização em voga na Europa (Nunes 1960, 3). Porém, era necessário evitar os perigos sociais resultantes destas alterações no mundo fabril, entre os quais se contavam a restrição dos salários, o desemprego tecnológico, as transferências de mão-de-obra, de pendor sectorial ou regional, a necessidade de readaptação do trabalhador a novas tarefas e a alteração das relações sociais no interior das empresas (Nunes 1960, 5).

A questão salarial encontra-se também presente, defendendo o autor que, dada a necessidade de obtenção de capitais para o desenvolvimento industrial, a melhoria da produtividade constituía a única forma de industrializar sem reduzir os salários (Nunes 1954, 156-157). Por último, o perigo de alienação do operário deveria, igualmente, ser evitado através da participação do mesmo na organização da empresa. O trabalhador deveria, assim, entender a sua tarefa e a forma como esta se integra no processo produtivo mantendo uma certa liberdade de atuação, espírito de invenção e responsabilidade coletiva (Nunes 1954, 161-167).

Apesar de autores como Sedas Nunes referirem a existência de desconfianças quanto à possibilidade de a industrialização permitir uma melhoria das condições de vida (Nunes 1960, 5-6), um dos principais aspetos, referidos nas publicações relativas ao tema, prende-se com a necessidade do processo de desenvolvimento industrial ter como consequência a melhoria das condições do trabalhador. Nomes como António Malta, José Graça Mira, José Pereira Athayde, José Torres Campos e Mário Cardoso dos Santos incidiram bastante sobre esta questão. José Torres Campos afirmaria em 1962 que “o reflexo mais imediato da Produtividade – atitude ativa – traduz-se na melhoria do nível de vida das populações, sendo agora indissolúvel a ligação entre

aumento de produtividade e melhoria do nível de vida” (Torres Campos 1962, 306). Esta melhoria deveria, de facto, abranger toda a sociedade, sendo que José da Graça Mira alerta para o facto das modernas técnicas de organização científica do trabalho apresentarem benefícios quer para o trabalhador quer para o patronato. Através da sua implementação, o primeiro deveria obter uma maior remuneração, menor fadiga e uma “justa satisfação moral.” Quanto ao segundo, teria acesso a “maiores lucros, menores preocupações e mais perfeita utilidade social” (Mira 1953, 8).

Da mesma forma, em 1957, José Pereira Athayde refere, numa conferência realizada no Ciclo de Estudos da União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho, ser a preocupação com o nível de vida dos trabalhadores o “grande passo em frente dado pela Produtividade em relação ao ramo mais velho da Organização Científica” (Athayde 1957, 6). Este avanço estaria implícito na noção de produtividade do trabalho, defendida pela “filosofia americana no após guerra” baseada na produção em massa, preço de custo reduzido, baixo preço de venda, altos salários, alto poder de compra, redução das horas de trabalho, alto nível de vida e produtividade. O atingir destes objetivos em Portugal dependeria da realização de estudos que incidissem sobre os movimentos e tempos de trabalho; sobre a melhor utilização do Homem e da máquina; e sobre as consequências da fadiga, monotonia e indisposição para o trabalho (Athayde 1957, 20). A análise do trabalhador seria, assim, essencial no processo de reestruturação das fábricas, tendo em conta que, como refere o autor,

Alguns dos mais tristes reveses que O.C.T. tem sofrido, têm provindo exactamente, do desconhecimento de que, por detrás dos corpos que se movimentam nas fábricas, estão homens, que pensam e sentem, têm uma alma, uma personalidade distinta, com as suas características particulares e os seus íntimos anseios.

(...) conforme os homens são peças de engrenagens, que rodam automaticamente, e por isso, qualquer “pane” facilmente imobiliza ou descontrola; ou pelo contrário, são seres autónomos, que cooperam de livre vontade, e com prazer, com os restantes membros da comunidade do trabalho, que os integra. Então, podem soprar vendavais que o seu espírito de dedicação ao corpo social a que pertencem lhes sugerirá novas soluções, novos arranjos que preencherão as lacunas do O.C.T., por mais científica e completa que ela pretenda ser.” (Athayde 1957, 23-24)

José Pereira Athayde contava, assim, com a formação cristã do patronato e com a forma como esta o conduziria a seguir o primado do Homem e dos seus fins superiores no processo encabeçado pelas lógicas da

produção e da produtividade, defendendo que “(...) os caminhos da economia não são mais do que via e meio para atingir os caminhos do aperfeiçoamento pessoal (...)” (Athayde 1957, 24).

Também António Malta, assistente do Segundo Serviço do INII, responsável pela produtividade, organização científica do trabalho e da produção, aborda variadas vezes a necessidade de ser estabelecida uma relação entre as lógicas da produtividade e as Relações Humanas. O autor critica os esforços de modernização que têm em conta apenas aspetos técnicos, não levando em consideração os problemas humanos. Segundo ele, a causa das posições de reticência ou hostilidade operária relativamente a alterações nas formas de produção e organização industrial encontram-se relacionadas com o facto de terem sido menosprezados fatores psicológicos capazes de influenciar as suas decisões. Entre estes, contam-se, por exemplo, o incómodo proveniente da alteração dos hábitos adquiridos; o receio de modificações que eram consideradas como ameaças às lógicas estabelecidas; e os efeitos de certas experiências de produtividade que consistiram principalmente no aumento das cadências de trabalho e na exigência de rendimentos mais elevados, mantendo sem alteração todos os restantes aspetos. O esforço tendente à melhoria da produtividade deveria, assim, basear-se no aumento do rendimento e da remuneração, mantendo um igual nível de esforço (Malta 1965, 159). Da mesma forma,

...as barreiras edificadas pelos preconceitos ou pela oposição de princípio só poderão ser eliminadas ou reduzidas se o programa de produtividade for desencadeado numa atmosfera pré-estabelecida de confiança recíproca. (Malta 1965, 159)

A mesma linha segue Mário Cardoso dos Santos, defendendo que o estudo do trabalho deve abarcar o Homem em todos os seus aspetos, tendo como objetivos a racionalização e quantificação do trabalho humano, a adaptação do trabalho ao trabalhador, a diminuição da fadiga, o melhoramento do ambiente físico em que o trabalho é realizado e a melhoria das suas condições de segurança (Santos 1965, 217). Uma visão global dos impactos da produtividade sobre o operário é, igualmente, apresentada por Américo Ramos dos Santos num estudo publicado em 1972 pelo Gabinete de Planeamento do Ministério das Corporações e Previdência Social. Além da justa repartição dos rendimentos, o autor aponta a necessidade de introduzir no processo de fomento industrial incentivos diretos e indiretos aos trabalhadores, tais como prémios de produtividade, constituição de órgãos de participação ao nível da empresa, dinamização do processo de negociação coletiva, promoção do apoio à formação e aperfeiçoamento profissional, melhores

condições materiais e introdução de cláusulas relativas a relações humanas nos contratos coletivos de trabalho, sem esquecer o estabelecimento de novas regalias ao nível da Segurança Social (Santos 1972, 12-17). Assim, todos os aspetos do trabalho humano deveriam ser tidos em consideração para o desenvolvimento industrial, sendo o estudo das tarefas, dos trabalhadores e das condições gerais do trabalho essenciais para se

(...) chegar à valorização objectiva do esforço, à justa fixação dos salários, à racional classificação dos cargos, e à exacta determinação do que razoavelmente se pode exigir dum empregado ou assalariado de cada categoria. (Silva 1950, 75)

Inerentes a todas estas questões, encontram-se as lógicas de humanização do trabalho, que têm no segundo pós-guerra uma época de grande desenvolvimento. Alguns textos apontam também para uma ligação entre estas lógicas e os princípios difundidos pela Doutrina Social da Igreja. De facto, as Cartas Encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891, e *Quadragesimo Anno*, de 1931, surgem mencionadas em alguns dos textos que insistem na necessidade de instituir uma maior humanização do trabalho na indústria (Silva 1950, 74). Esta menção é, porém, indissociável da forma como o corporativismo português, o Estatuto do Trabalho Nacional ou a própria Constituição de 1933 procuraram conjugar-se com a Doutrina Social da Igreja (Garrido 2016, 90).

O mesmo acontece com alguns dos textos referentes à questão salarial, um dos pontos essenciais do discurso relativo à necessidade de humanização do trabalho. A questão salarial é, de facto, um dos aspetos mais focados nos estudos sobre a industrialização. O próprio corporativismo reserva-lhe uma importância relevante, sendo, juntamente com a análise da formação de preços, um dos casos nos quais os esforços de teorização corporativa foram maiores (Bastien 1989, 217). Para os teóricos do corporativismo, a lógica do salário suficiente deveria ser a base de uma boa relação entre operários e patronato. O salário deveria, assim, bastar à subsistência do operário, permitindo-lhe restaurar as forças, conservar a vida e constituir família (Seabra 1943, 44).

Analisando as publicações que abordam a questão salarial, é interessante evidenciar um artigo publicado em 1954 na revista da Associação Industrial Portuense, *A Indústria do Norte*, no qual Araújo Correia afirma ser a questão salarial a maior preocupação relativa à produtividade e à organização científica do trabalho, não devendo esta ultrapassar os limites impostos pela moral (Correia 1954, 55-56).

Também Mário Murteira aborda a questão salarial afirmando ser, no caso português, evidente que

(...) a única solução verdadeiramente eficaz para a atenuação do deslocamento da mão-de-obra em busca de melhores condições de vida será a gradual, mas significativa, aproximação dos nossos níveis salariais em relação aos europeus. Daí que o risco da rarefacção da mão-de-obra face ao insuficiente desenvolvimento industrial da economia seja um dos maiores desafios que a sociedade portuguesa actualmente defronta. (Murteira 1964, 497)

Torna-se, também, visível a forma como, para autores como Mário Cardoso dos Santos e José Torres Campos, o aumento dos salários não deveria ser considerado como uma consequência da melhoria da produtividade ou como um incentivo para que esta ocorresse, mas sim como um fator independente e socialmente relevante. Neste âmbito, a melhoria da produtividade poderia ser considerada como uma forma de responder aos necessários aumentos salariais (Santos e Campos 1969, 556). Referem os autores:

É de longe preferível considerar que os salários evoluem e evoluirão de acordo com as condições enunciadas anteriormente e que a produtividade do trabalho fica como que sendo o instrumento pelo qual os empresários aferirão as melhorias de eficiência que deverão conseguir para que um aumento salarial não degenere em inflação. (...)

Identifica-se, globalmente, uma acentuada pressão das remunerações, e, ainda, alguns sectores em que o crescimento do índice de remuneração é mais rápido que o de produtividade, ficando evidenciada uma fragilidade da indústria em relação a um futuro aumento de níveis salariais, que se afigura inevitável se tiver em conta que eles são, como se sabe, de uma maneira geral, muito baixos. As empresas só poderão corresponder, eficaz e correctamente a este aumento, através de uma melhoria de produtividade. (Santos e Campos 1969, 557-558)

É evidente que os incentivos salariais tinham a possibilidade de potenciar mais facilmente a cooperação entre classes, indispensável para a instituição do corporativismo e para a manutenção da paz social desejada pela ditadura. No entanto, alguns textos revelam, igualmente, uma conotação entre esta questão e a Doutrina Social da Igreja. Em 1947, José Pereira Athayde faz essa associação num artigo publicado na *Indústria Portuguesa*, revista da Associação Industrial Portuguesa, afirmando que os princípios de organização científica do trabalho que levam em conta as necessidades do Homem, entre as quais o salário, são fruto das conceções sociais cristãs, destacando a “simpatia do catolicismo social (...) pela remuneração a prémio” (Athayde 1947, 17-18). Defende o autor que a organização científica centrada nas relações

humanas e na preservação da liberdade de iniciativa e da personalidade do operário, aliada ao pagamento de salários segundo o rendimento do trabalhador, possibilitou o aumento dos ritmos de trabalho e o fim da letargia do operário, possibilitando o aumento da produção. Os prémios de produtividade incentivariam, assim, à melhoria dos processos de execução e à correção dos movimentos, reduzindo os tempos mortos e a descoordenação entre as operações (Athayde 1947, 18).

(...) entre a organização científica do trabalho, filha da obra de Taylor e seus continuadores, orientada por intuítos principalmente económicos, e a organização científica do trabalho, fruto das preocupações sociais cristãs, em que a preocupação fundamental é o homem, não há grande diferença nos métodos, mas sim na atitude mental perante eles, que leva a segunda escola a não considerar algumas das soluções clássicas da primeira, e a sugerir outras. (Athayde 1947, 18)

Da mesma forma, José Pereira Athayde, neste artigo em que analisava a base XXX das Normas para o Trabalho na Indústria Metalúrgica, publicadas a 24 de Novembro de 1945, critica outros aspetos que, segundo ele, não se encontravam de acordo com a Doutrina Social da Igreja e que, de facto, viriam a ser alterados pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, em Agosto de 1946 (Athayde 1947, 22). Por exemplo, a intervenção do Estado em alguns aspetos da regulamentação do trabalho é criticada pelo autor, referindo este que a Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* defende apenas uma ação supletiva por parte do Estado, considerando o estatismo como um perigoso excesso. A condenação do trabalho a prémio feita na Base XXX seria, assim, contrária à Doutrina do Estado Português, que vinha afirmando a sua obediência à ética social cristã (Athayde 1947, 18-19).

A mesma lógica é seguida por Armando Cardoso. Num artigo publicado na *Indústria Portuguesa*, em 1956, o professor do ensino técnico defende as preocupações humanas do taylorismo conotando-as com os princípios cristãos. Sintetizando as suas premissas, o autor afirma:

(...) Taylor, com a suas doutrinas, levou a estudar-se, cientificamente, o factor humano, contribuindo assim para o respeito pela dignidade do trabalhador, que somos todos; portanto, para o engrandecimento da personalidade humana. (...) Afirmava ele: “O novo caminho consiste em ensinar e ajudar os trabalhadores, como se fosses irmãos; (...) Terá ideais desumanos o autor de um programa que sintetiza as mais belas palavras de Cristo: AMAI-VOS UNS AOS OUTROS?” (Cardoso 1956, 136)

Os problemas que afetavam a implementação de princípios de organização do trabalho, oriundos do taylorismo, decorreriam, assim,

não da sua natureza e características, mas sim de uma errada aplicação dos mesmos. O autor defende que a busca de melhorias na produtividade conduzia algumas fábricas a introduzir estes princípios de forma apressada e sem um estudo apropriado dos mesmos, obtendo assim maus resultados e impulsionando a oposição dos operários. Era necessário, pelo contrário, que as transformações assentassem numa mudança de atitudes por parte dos trabalhadores e do patronato (Cardoso 1956, 136-137). Estes deveriam entender os valores humanos presentes nos estudos de Taylor, no que concerne ao respeito pela integridade física do trabalhador, patente na eliminação de movimentos inúteis e na implementação dos repousos intercalados. Além disso, o facto de Taylor advogar a harmonia entre patronato e operariado, a cooperação “cordial e fraterna,” a aplicação das leis que regulamentam a conservação dos materiais e da energia humana e a atribuição de salários mais elevados seriam, para Armando Cardoso, provas do respeito que Taylor mantinha pelos ideais cristãos (Cardoso 1956, 140-143).

2. ENGENHEIROS E CATÓLICOS SOCIAIS: ELEMENTOS DE UMA NOVA GERAÇÃO DE QUADROS?

No processo de desenvolvimento industrial português que se seguiu à II Guerra Mundial destacam-se variados atores e contextos. É importante não esquecer, em primeiro lugar, o impacto do processo de abertura ao exterior, decorrente da adesão de Portugal ao Plano Marshall e à EFTA e as lógicas de internacionalização que este possibilitou. Por outro lado, no seio do regime e do próprio corporativismo, vários indivíduos se destacam enquanto promotores do desenvolvimento industrial, sendo interessante notar que o seu discurso, de cunho desenvolvimentista, se articula, em alguns pontos, com o discurso dos “tecnocatólicos.”

A estes iriam aliar-se engenheiros oriundos, sobretudo, do Instituto Superior Técnico, bastante internacionalizados e tendo completado a sua formação ao abrigo das iniciativas de organismos internacionais como a OECE/OCDE e a AEP; e um grupo constituído não somente por engenheiros, mas também por elementos provenientes das áreas do Direito, Economia e Serviço Social, que tenta integrar no discurso relativo ao desenvolvimento industrial conotações com os ideais da Doutrina Social da Igreja, como de resto também sucedia no seio do corporativismo com os textos de Marcello Caetano ou Adérito Sedas Nunes, entre outros (Caetano 1941; Nunes 1954).

Quanto aos primeiros, o seu interesse pelo desenvolvimento industrial do País é evidente. Desde o final da II Guerra Mundial começava a vislumbrar-se a entrada em cena de uma geração de quadros com carácter modernizante que pretendia um novo rumo para o desenvolvimento económico do País e na qual se destacam os engenheiros e os gestores. No entanto, a sua capacidade de integração no tecido produtivo português foi lenta, dadas as suas características e as desconfianças que parte do patronato apresentava relativamente à presença destes profissionais nas fábricas. O mesmo se passava em órgãos como a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa. A Assembleia Nacional apresentou durante o terceiro quartel do século XX uma predominância do Direito como área privilegiada de formação dos seus membros, sendo que as engenharias mantinham um peso de cerca de 10% (Castilho 2007, 200-202). No que diz respeito à Câmara Corporativa, a tendência mantém-se com a formação em Direito a rondar os 20%, entre 1945 e 1974, e as engenharias a oscilar entre os 13% e os 16% (Castilho 2007, 60).

Paralelamente, o sistema de ensino em Portugal não disponibilizava cursos ou disciplinas que permitissem que os engenheiros e gestores obtivessem conhecimentos aprofundados sobre as questões da produtividade e da modernização industrial. O curso de engenharia do Instituto Superior Técnico, mesmo após a revisão curricular de 1955, apresentava apenas duas disciplinas ligadas à temática, sendo ultrapassado nesta área por instituições como a Escola Superior de Organização Científica do Trabalho e das Relações Humanas nas Empresas, o Instituto de Estudos Superiores de Évora e o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Porém, esta nova geração de engenheiros destaca-se sobretudo devido à sua aposta em cursos de formação avançada no estrangeiro e à sua participação em ações de formação nacionais e internacionais feitas ao abrigo de organismos de cooperação e fomento económico. Integrados em entidades como o INII serão eles alguns dos beneficiários da exigência de colaboração internacional feita pela ajuda Marshall, que levou à criação no País de um grupo de técnicos interessados e conhecedores dos novos métodos científicos de organização do trabalho, tendentes ao desejado desenvolvimento económico nacional. Claros exemplos desta realidade são as figuras de António Magalhães Ramalho, primeiro diretor do INII e um dos primeiros a fazer parte de uma missão aos EUA, ou de Eduardo da Cruz Gomes Cardoso, formado em

engenharia pelo Instituto Superior Técnico, com especialização no *Institut d'Études Supérieures de Techniques d'Organisation* de Paris.²

Porém, basta atentar nas listas de participação em ações de formação e missões de estudo no estrangeiro, nas bolsas concedidas pelo Instituto de Alta Cultura ou nas especializações feitas pelos técnicos do INII para compreender que estes não eram casos únicos, sendo elevado o nível de internacionalização e de formação pós-graduada que esta nova geração de quadros apresentava (Azevedo 2009; Azevedo 2016).

Estes agentes do fomento industrial português são reconhecidos pelo seu voluntarismo e pelo entusiasmo que expressam relativamente aos ideais de desenvolvimento económico do País e à forma como os princípios tendentes à melhoria da produtividade poderiam auxiliar esse processo. No entanto, uma parte deste grupo informal apresentava, igualmente, uma profunda consciência social que os levava a considerar como prioritárias as questões relativas às relações humanas, sobretudo no que dizia respeito às contrapartidas salariais da industrialização e aos seus impactos na saúde e bem-estar dos trabalhadores. Estas preocupações haviam, igualmente, passado a enquadrar a organização científica do trabalho após a II Grande Guerra, coadunando-se também com as prioridades do regime e com as teorias corporativistas.

Esta consciência social acaba por aproximá-los de um outro grupo que se interessa por estas questões, devido às suas profundas relações com as concepções cristãs sobre o trabalho. Normalmente apelidados de “tecnocatólicos,” estes acabam por aceder a cargos diretivos nos principais organismos que, de alguma forma, se encontravam ligados ao desenvolvimento industrial do País, nomeadamente durante o Marcelismo, numa lógica também visível no país vizinho.

Nomes como Adérito Sedas Nunes, Armando Cardoso, Francisco Neto de Carvalho, Francisco Pereira de Moura, Gabriela Salgueiro, Heitor Duarte, João Cravinho, João Moura, João Salgueiro, José Pereira Athayde, Mário Cardoso dos Santos, Mário Murteira, Rogério Martins e Valentim Xavier Pintado, apenas para citar alguns, são bem conhecidos do processo de desenvolvimento industrial do País enquanto membros do governo, técnicos e especialistas. Seriam, igualmente, autores de algumas das publicações relativas ao tema que mais aborda as questões

² Arquivo do Instituto Nacional de Investigação Industrial, Propostas ministeriais - 1961, Proposta n.º 156/61, “Nomeação do Director do 2.º Serviço - Produtividade, Organização Científica da Produção e do Trabalho Industrial - do INII,” 29 de Dezembro de 1961, fl.4.

da humanização do trabalho e da sua necessária adequação aos princípios cristãos.

O interesse dos católicos sociais por estas questões é explicado pelos seus próprios objetivos enquanto grupo. Como refere Albérico Afonso, é destes círculos que vai

surgir nos inícios da década de 60, um conjunto de novas políticas sociais, destinadas, senão a acertar o passo com a Europa, pelo menos a minorar a distância a que Portugal se colocava face ao desenvolvimento, nível de vida e afã reivindicativo do reconstruído território europeu. (Afonso 2009, 210)

Esta preocupação encontrava-se ligada à tentativa de melhorar as condições de vida dos trabalhadores portugueses, aumentando salários, melhorando as condições de trabalho, e as relações laborais e tentando, por esta via, - afastado o perigo das doutrinas comunistas – atingir a paz social e a concórdia entre trabalhadores e patronato.

O intervencionismo dos católicos sociais na sociedade surge, assim, dos objetivos da Acção Católica, que apresentava como característica principal o esforço na formação de um laicado ativo e empenhado na recristianização da sociedade e na difusão dos valores do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja. Este objetivo explica o nível de intervencionismo apresentado pelos católicos sociais ao fazerem caminho nos organismos do Estado. Por sua vez, a sua preocupação com as questões do trabalho relaciona-se profundamente com as diretrizes emanadas do Vaticano, sendo visível nos documentos da época que uma das maiores preocupações da Santa Sé se relacionava com o impacto humano dos novos métodos de trabalho que vinham sendo colocados em prática na Europa.

De facto, em Portugal, estas premissas foram apresentadas e profundamente debatidas e difundidas em várias iniciativas que juntaram, nas décadas de 1950 e 1960, o escol universitário católico – futuros quadros e dirigentes da indústria e de organismos públicos – e as elites católicas da época. Entre congressos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica, passando pelos Congressos de Homens Católicos e pelas Semanas Sociais, várias foram as oportunidades para que uma geração de crentes pudesse refletir sobre as questões do trabalho e da produtividade. Estas iniciativas tinham como objetivo a reorganização das estruturas nacionais e internacionais em prol de uma maior justiça social. Neste âmbito, o I Congresso Nacional da JUC, realizado em 1953, constituiu uma rampa de

lançamento da atividade que muitos dos seus participantes viriam a desenvolver anos mais tarde.

Como refere Sedas Nunes (Fontes 2006, 1140-1141), este congresso estabelece um elo de ligação entre os jucistas que nele participam e compromete-os de tal forma com a necessidade de colocar em prática as reflexões nele desenvolvidas, que vem a resultar numa aposta na ocupação de cargos de responsabilidade em organismos do Estado, entre os quais se destacam o INII e o FDMO. A partir dos seus cargos, estes indivíduos pretendiam desenvolver a sociedade portuguesa segundo as normas do humanismo cristão, com especial incidência nas questões do trabalho, salários e repartição dos rendimentos.

Mas não apenas nestes organismos é possível encontrar membros desta geração jucista. Também em cargos governativos surgem nomes ligados à mesma, entre os quais se destacam Rogério Martins como Secretário de Estado da Indústria, entre 1969 e 1972, João Salgueiro como Secretário de Estado do Planeamento Económico, entre 1965 e 1969, e João Cravinho como diretor do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial na Secretaria de Estado da Indústria, já durante a década de 1970. Paralelamente, surgem também organismos no seio dos quais estes católicos se associam com o objetivo de que estes pudessem constituir um auxílio na sua tarefa de recristianização da sociedade. Surge, assim, entre outras, a Associação dos Engenheiros e Economistas Católicos e a União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho.

Grande parte destes “tecnocatólicos” é conhecida pela sua atividade enquanto antigos membros da Juventude Universitária Católica, cuja doutrinação durante a década de 1950 havia incidido particularmente nos sectores mais diretamente afetados ou mobilizados pelas políticas de fomento económico e de modernização da sociedade, tornando-se, assim, fácil compreender a sua presença nos organismos responsáveis pelo desenvolvimento industrial português (Fontes 2006, 474).

Esta realidade explica a escolha dos temas tratados por estes indivíduos, o cariz das suas publicações e a primazia dada ao movimento das Relações Humanas nas reflexões sobre o desenvolvimento industrial em Portugal. Muito ligados às questões da produtividade, os católicos sociais não atribuem, assim, primazia às lógicas produtivistas por si só sendo, para eles, indispensável que o progresso fosse socialmente útil, contribuindo para elevar o nível de vida dos trabalhadores. Da mesma forma, não era aceitável que os métodos de organização utilizados para melhoria da produtividade pudessem ter como resultado a diminuição

das necessidades de mão-de-obra e, consequentemente, o aumento do desemprego.

A manutenção da paz social e a noção católica de dignificação e humanização do trabalho relacionam-se também com o estudo das questões da fadiga e do ambiente de trabalho, com a segurança no trabalho e com a adaptação da máquina ao Homem e do Homem à tarefa. E, na esteira do discurso corporativista, a questão salarial e a sua relação com a produtividade e com as formas de organização do trabalho apresentam, igualmente, um papel relevante no campo das suas preocupações.

Porém, é preciso não esquecer que as conceções católicas deste grupo se conjugavam com um elevado nível de formação técnica e de internacionalização. Os percursos de alguns dos mais conhecidos “tecnocatólicos” são disso um exemplo. João Salgueiro, economista, subsecretário de Estado do Planeamento Económico, diretor do planeamento do quadro do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e economista do Gabinete de Estudos do Ministério das Corporações, entre 1957 e 1959, fez uma pós-graduação em *Economic Planning and National Accounting* no Instituto de Estudos Sociais da Holanda, tendo, igualmente, frequentado o *Stanford Executive Program*, da *Stanford's Graduate School*. Mário Murteira, economista e assistente da Divisão de Estudos de Economia Industrial do INII, foi bolseiro da OCDE enquanto exercia funções no FDMO. Valentim Xavier Pintado, economista, secretário de Estado do Comércio, entre 1969 e 1972, e diretor do Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais da Associação Industrial Portuguesa, é doutorado em Economia pela Universidade de Edimburgo, tendo desenvolvido trabalhos de investigação no secretariado da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), tendo sido também consultor na OCDE. Mário Cardoso dos Santos foi bolseiro da Fundação Ford no curso de Direção, Gestão e Organização de Empresas no *Institut Européen d'Administration des Affaires* em Fontainebleau, França, entre Setembro de 1961 e Junho de 1962.³

³ Arquivo do Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, Instituto de Alta Cultura, livro n.º 5, processo n.º 9614, pasta “Mário Cardoso dos Santos,” 21 de Março de 1964, fl. 8.

CONCLUSÃO

Não pretendendo afirmar a exclusividade da ação dos engenheiros e católicos sociais no âmbito do desenvolvimento industrial português, nem a originalidade do seu discurso relativo às Relações Humanas, é, contudo, evidente a sua participação no processo enquanto agentes dinamizadores da modernização e fomento do sector secundário nacional. Juntamente com os ideólogos corporativistas, com os quais partilham alguns elementos do seu discurso, e beneficiados pela conjuntura propiciada pelas lógicas de abertura do País ao exterior, estes indivíduos constituíram, de facto, parte da plataforma de apoio que permitiu o desenvolvimento industrial no Portugal do Estado Novo.

Altamente internacionalizados e apresentando especializações no estrangeiro que lhes permitiram colmatar as falhas curriculares dos estabelecimentos de ensino superior portugueses, fazem parte da nova geração de quadros, responsável por introduzir e desenvolver em Portugal os modernos métodos tendentes a melhorar a produtividade industrial. Presentes nos mais importantes organismos responsáveis pelo fomento do sector secundário, defendem a necessidade da sua modernização segundo lógicas que articulam a melhoria da produtividade com a preocupação com as Relações Humanas, colocando o trabalhador no centro dos estudos relativos ao fomento industrial.

De facto, as suas publicações e o seu papel na condução da investigação científica ao nível dos organismos dedicados ao fomento industrial acabaram por definir uma das características do processo em Portugal: a grande preocupação com o fator humano no caminho conducente à melhoria da produtividade. Esta preocupação adequa-se também aos objetivos de estabilização social do Estado Novo e aos princípios corporativistas, não sendo, além disso, exclusiva da realidade nacional. Porém, o facto de apresentar um peso proporcionalmente maior do que aquele que é aferido noutros casos nacionais é uma característica relevante.

As preocupações sociais apresentadas por esta nova geração de quadros seriam aliadas às lógicas de antigos jucistas que, na esteira do objetivo de recristianização da sociedade e do mundo do trabalho apresentado pela Ação Católica, viriam a ocupar cargos superiores nos organismos responsáveis pelo fomento industrial. As características do seu discurso, longe de serem exclusivas, aliam-se, porém, ao seu percurso coletivo, enfatizando a relevância do papel do catolicismo social no processo. Como refere Albérico Afonso

(...) estes homens e mulheres, que são católicos, conciliares, cultos e europeus, tecnocratas e intelectuais, vão-se infiltrando a pouco e pouco nas chefias intermédias do aparelho de Estado. Vanguarda técnica do regime, vão progressivamente recrutar-se mutuamente, interagindo com o poder, numa posição não de opositores, mas de reformistas (...). (Afonso 2006, 209)

De facto, não se opondo ao regime, tentam transformá-lo a partir de dentro no que dizia respeito ao mundo do trabalho, fazendo parte da minoria de voluntaristas que permitiu o desenvolvimento industrial do País. Minoria esta que se encontrava próxima dos lugares de chefia e que estava ligada a organismos que tinham a possibilidade de direccionar o processo de desenvolvimento industrial, de acordo com objetivos de carácter simultaneamente modernizante e social.